



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6214

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Créditos (especiais, suplementos, prêmios, adicionais e firma Convênio)

Autoria: Executivo Municipal

Data: 20/03/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 86/2007. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, no valor de R\$135.000,00, visando atender a desapropriação de uma área de aproximadamente 700,00 m², com edificação, localizado no bairro Jardim São Geraldo, onde funcionará o Abrigo Municipal Dona Joana Campos.

Controle Interno – Caixa: 5.1

Posição: 71

Número de folhas: 08

Especie: R
Categoria: Créditos
CX: 5.1
ordem: 71
nº fls: 06



29/2007

27.03.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 86 /2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Crédito Adicional Especial ao
Orçamento

MOVIMENTO

Entrada em – 20/03/2007

- 1 - Comissão Finanças e Orçamento
- 2 - AMOVIAÇÃO em REGIME de URGÊNCIA
- 3 - em 27.03.2007
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº _____/2.007

as Comissões
**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR
CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), com a seguinte dotação orçamentária:

dotação: 09.04-08.243.0028.1097-459061 Aquisição de imóvel para abrigo de crianças.

Parágrafo único. A abertura de crédito adicional de que trata o *caput* deste artigo visa atender a desapropriação de 01 (uma) área edificada de aproximadamente 700m² (setecentos metros quadrados), localizada na rua “D”, nº 170, Bairro Jardim São Geraldo.

Art. 2º. Para atender a abertura do crédito a que se refere o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

dotação: 09.04-08.244.0026.1.025-449051 R\$80.000,00

dotação: 09.04-08.306.0021.2053-339000R\$55.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 15 de março de 2.007

Athos Avelino Pereira
Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAM
ENTO TOMADA CONTAS
EM 20 DE MARÇO DE 2007
[Assinatura]
PRESIDENTE

Parecer favorável.
A. Silva 27.03.07
[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM _____ DE _____ DE 20_____

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 15 de março de 2.007.

Ofício nº: PJ/ 018/2007

Assunto: Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente visando atender a desapropriação de 01 (uma) área edificada de aproximadamente 700m² (setecentos metros quadrados), localizada na rua “D”, nº 170, Bairro Jardim São Geraldo, aonde funcionará o abrigo Municipal Dona Joana Campos.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

DD. Presidente da Câmara Municipal

Nesta



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS MG

Procuradoria-Geral



Montes Claros (MG), 26 de março de 2007.

Ofício nº.: PROJU/053/2007
Assunto: Informação (presta)
Serviço: Procuradoria Jurídica


A/C Dra. Macreyde

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, somos do presente para informar a V. Sa., que o valor do metro quadrado do lote situado na Rua "D" nº 178, no Bairro Jardim São Geraldo - Prolongamento é R\$45,00 (quarenta e cinco reais o metro quadrado) e o valor da edificação foi avaliado em R\$112.917,00 (cento e doze mil novecentos e dezessete reais), e serão transportadas 35 (trinta e cinco) crianças do abrigo Dona Joana Campos para o endereço acima-mencionado, seguem em anexo cópias do croqui e fotografias.

Sendo só o que nos apresenta para o momento, manifestamos votos de consideração e respeito.

Atenciosamente,


Fábio de Jesus Ferraz
Chefe de Divisão de Documentação

Exmo.

José Marcos Martins de Freitas

DD. Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas
NESTA



MEMORIAL DESCRITIVO DA EDIFICAÇÃO

INTERESSADO (S)

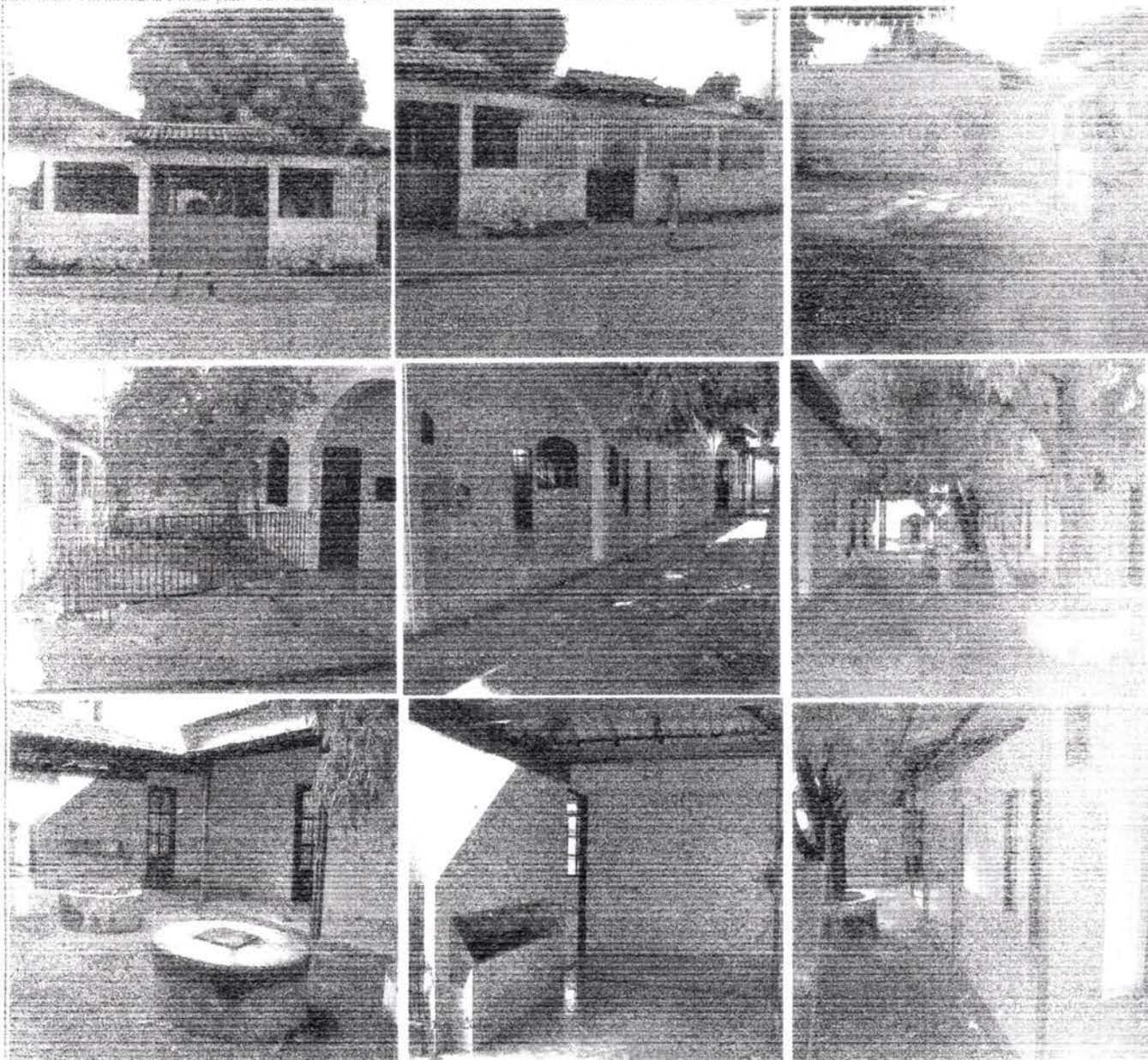
CRECHE ESTRELINHA DA ESPERANÇA

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

(para efeito de escritura e decreto de utilidade pública)

ÁREA DO IMÓVEL:

Área total construída de 390,20m², sendo: 140,98m² coberta por telha colonial e ferro PVC; 116,65m² de laje coberta por telha colonial e 132,57m² de laje colonial de 17,36m² toda no piso de cerâmica. Imóvel constituído de 07 salas, 05 banheiros, 01 cozinha toda em cerâmica, 01 banheiro em alvenaria e inox, pátio todo cimentado, piscina de fibra de mais ou menos 800 litros, 11a no quintal 02 pés de manga e 01 pé de jabuticaba.





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2007 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial ao orçamento” de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para abertura de crédito especial, bem como, para alterar o orçamento vigente é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 22 de março de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605